Finanças, nos termos do Art. 108 e Art. 109 da Lei Complementar no 001 de 06 de junho de 1990, referente ao período aquisitivo de **01.11.2001 a 31.10.2006**, nos termos do Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica do Município.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos **a partir de 03.12.2011**.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Alberto Jacques da Silva
Código Identificador:FD0B29C6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.007/11-RH DE, 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO, Prefeito do Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, as férias do servidor **Rubens Fregatto,** por necessidade de serviço, do período **de 01.12.2011 a 30.12.2011**, o mesmo gozará de **01.07.2012 a 30.07.2012**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal, para que produza os efeitos legais.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Jacques da Silva
Código Identificador:9EFB78BE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.237 DE, 2 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a entrada franca de munícipes e fixa o preço do ingresso no Balneário Municipal Rio Formoso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribui-ções que lhe confere o art. 66, III, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal apro-vou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°. É facultada a entrada franca de qualquer pessoa natural, domiciliada ou eleitor de Bonito/MS no Balneário Rio Formoso mediante apresentação da carteira de isenção.
Parágrafo único – Terá direito a carteira de isenção:
I - pessoa natural de Bonito/MS, mediante a apresentação de documento comprobató-rio;
II - pessoa domiciliada em Bonito/MS, no mínimo há 6 (seis) meses, mediante com-provação através de conta atualizada de energia, água, telefone ou contrato de locação de imóvel residencial ou comercial;
III - eleitor de Bonito/MS mediante apresentação do título eleitoral e comprovante de votação na última eleição;
IV - os menores de 18 anos que não possuem título eleitoral, mediante apresentação de comprovante de residência dos Pais ou de matrícula atualizada em Escola no Município e documento de Identificação.
V – pessoa agraciada com Título de Cidadão(ã) Bonitense, mediante a apresentação de documentação comprobatória e documento de identificação.

Art. 2°. As carteiras de isenção emitidas anteriores a esta Lei terão validade e somente se-rão aceitas até a data limite de 31 de março de 2012.

Art. 3°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer em R$ 15,00 (quinze) reais, no período de baixa temporada e R$ 20,00 (vinte) reais no período de alta temporada, o valor do ingresso para a visitação do Balneário Municipal, sendo isentos desta cobrança, as Pessoas mencionadas no Art. 1° desta Lei.
Parágrafo único – O critério de baixa e alta temporada será fixado pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, através de ata circunstanciada, no exercício, para vigo-rar no seguinte, estabelecendo os respectivos dias e meses.

Art. 4°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Guias de Bonito – AGTB, no presente exercício e nos vindouros.

Art. 5°. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal no que couber no prazo máximo de 30 dias a contar da sua publicação.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições conti-das na Lei nº 1060, de 04 de julho de 2005 e na Lei nº 1104, de 13 de fevereiro de 2007.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Alberto Jacques da Silva
Código Identificador:5408CAD7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.238 DE, 2 DE DEZEMBRO DE 2011.

Denomina o loteamento urbano "Vila Maruca", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica do Municí-pio, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguin-te Lei:

Art. 1°. Fica denominado o loteamento urbano "Vila Maruca", nos termos da Planta de Localização, objeto das Matrículas nº 2.429 e nº 2.174, Ficha 1, Livro 2, do Regis-tro Geral de Imóveis, do CRI de Bonito – MS, com 30 (trinta) lotes de terrenos, com as respectivas áreas de Espaço Livre de Utilização Pública – ELUP.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Alberto Jacques da Silva
Código Identificador:B47241C1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.239 DE, 2 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Ri-os Miranda e Apa – CIDEMA.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei

Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Ratifica, sem emendas, o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunici-pal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa - CIDEMA, motivada pelo interesse público da população local e dos municípios consorciados e com base nos fundamentos jurídicos do consórcio público, regido pelo direito público de natureza autárquica, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelas demais legislações aplicáveis e pelos termos do Protocolo de Intenções apresentado no Anexo I, que passa a integrar esta Lei.

Art. 2°. Nos termos do Artigo 1o desta Lei, fica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa - CIDEMA transformado em Contrato de Consórcio Público do Município, que passa a integrar o quadro de municípios consorciados, gozando direitos e deveres, previs-to em lei.

Art. 3°. Fica o Prefeito Municipal, a partir deste ato, autorizado a providências técnicas e administrativas necessárias a regularização do Município ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – CIDEMA.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Alberto Jacques da Silva
Código Identificador:6C192278

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.240 DE, 2 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a competência e o funciona-mento do Conselho Municipal de Assistên-cia Social – CMAS, e dá outras providên-cias.

O Prefeito Municipal de Bonito – MS, no uso das atribuições que lhe confere o inci-so III, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal. Faço saber que a Câmara Municipal apro-vou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária Municipal:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1°. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, passará a funcionar de acor-do com esta Lei, após a promulgação.
Parágrafo único. O CMAS, como órgão colegiado e deliberativo e conforme normas emanadas no art. 16 da Lei N. 8.742/93 (Lei nº 12.435, 06.07.2011), fica vinculado a Secre-taria Municipal de Assistência Social, órgão da Administração Pública, responsável pela coordenação, em âmbito municipal da Política de Assistência Social.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2°. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:
I - elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno, que é o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento em consonância com a Lei de criação do Conselho;
II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;
III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funciona-mento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;
IV - encaminhar as deliberações da Conferência aos órgãos competentes e monito-rar seus desdobramentos;
V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos so-ciais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e pro-jetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;
VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e pri-vada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com o órgão gestor, resguardando-se as respectivas competências;
VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de Assistência Social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);
VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito municipal e efetiva participação dos segmentos de representação do Conselho;
IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, em âmbito municipal, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo de assistência social;
X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;
XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de progra-mas, projetos, benefícios, rendas e serviços;
XII - inscrever, normatizar e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social do município;
XIII - informar ao Órgão Gestor sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;
XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS, e aprovar seu relatório;
XV - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;
XVI - divulgar, no órgão oficial de imprensa do município, e/ou meios de comuni-cação de massa todas as suas deliberações;
XVII - apreciar as propostas orçamentárias e prestação de contas trimestrais da As-sistência Social, com tempo hábil para analise e aprovação;
XVIII - propor a realização de estudos e pesquisas com vista a identificar situações relevantes e avaliar a qualidade de Assistência Social;
XIX - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social a partir das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social;
XX - estabelecer as diretrizes, aprovar a aplicação e fiscalizar o Fundo Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 3°. O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 05 (cinco) repre-sentantes do governo e 05 (cinco) representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período, com o/a presi-dente eleito/a, entre os seus membros, em reunião plenária, recomendada a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-presidência, em cada mandato.
§ 1°. Quando houver vacância no cargo de presidente poderá o/a vice presidente, as-sumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, ca-bendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regi-mento Interno do Conselho.
§ 2°. Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou vo-to, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.